

Migrações no Rio Grande do Sul¹

Migrations in the Southern State of Brasil: Rio Grande do Sul

Maria de Lourdes Jardim²

Tanya Maria Macedo de Barcellos³

Resumo: Neste texto é construído um panorama do fenômeno migratório no Estado do Rio Grande do Sul (RS), considerando a sua dinâmica recente, particularmente as duas últimas décadas. Enfoca a realidade regional através de dois recortes, as aglomerações urbanas institucionalizadas e os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), utilizando como base os dados dos Censos Demográficos de 2001 e 2010, fundamentalmente as informações que dão conta do crescimento populacional e da distribuição da população por faixas etárias.

Palavras Chave: Deslocamentos populacionais; Regiões; Rio Grande do Sul

Abstract: This paper analyses the main tendencies of the migration movements in the territory of Rio Grande do Sul, the southernmost state of Brazil, during the two last decades. It focuses regional divisions (Urban Agglomerations and – Regional Conceals of Development - Coredes), and is based on data collected in the Demographic Census of 2001 and 2010, particularly the population growth and the age stratification.

Key-words: Population movements; Regions; Rio Grande do Sul State.

Introdução

O objetivo deste texto é traçar um panorama do fenômeno migratório no Estado do Rio Grande do Sul (RS) considerando a sua dinâmica recente, particularmente as duas últimas décadas. São elementos fundamentais para a compreensão dessa problemática, os registros de saída e entrada de pessoas nos municípios, o crescimento, e a distribuição etária da população. O trabalho se apóia, sobretudo, nos dados dos Censos Demográficos. É preciso anotar que para o ano de 2010, não se conta ainda com os resultados do levantamento amostral, onde as variáveis específicas da migração e dos movimentos pendulares são coletadas⁴.

O foco se volta principalmente para a realidade regional, priorizando as Aglomerações Urbanas⁵, que constituem os núcleos fundamentais onde ocorre a concentração econômica e demográfica do Estado, e os Coredes,⁶ cuja configuração

¹ Artigo recebido em novembro de 2011 e aprovado em fevereiro de 2012.

Artigo apresentado no VII Encontro Nacional Sobre Migrações de Tema Central: Migrações, Políticas Públicas e Desigualdades Regionais, realização de 10 a 12 de Outubro de 2011, Curitiba/PR.

² Estatística pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas, mestre em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisadora da Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Rio Grande do Sul. E-mail: mltjardim@cpovo.net

³ Socióloga, mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e técnica da FEE do Rio Grande do Sul. E-mail: tanya@via-rs.net

⁴ Os resultados disponíveis, da Sinopse, ainda devem, por parte do IBGE, sofrer ajustes.

⁵ Estamos considerando a composição das aglomerações urbanas do Rio Grande do Sul conforme definida em http://www.metroplan.rs.gov.br/institucional/area_atua.htm.

⁶ Criados em 1994, os Coredes adquiriram uma maior relevância recentemente, quando passaram a integrar o processo de consulta popular, instituído em 1998 e reformulado em 2003. Constituinte-se em fórum organizador das demandas regionais, os Conselhos são as bases territoriais para a consulta popular que discute e estabelece a destinação de parte do orçamento do Estado. Crescentemente, vêm sendo utilizados como recorte regional em estudos que visam subsidiar a formulação do planejamento estadual. Como regionalização, pode-se dizer que respondem não somente a critérios políticos, mas que, de algum modo, estão referidos a realidades regionais (Jardim, Barcellos, 2005). A divisão

expressa não só a diversidade na formação histórica, como a organização política da sociedade gaúcha.

Alguns pressupostos embasaram as análises. O primeiro, e mais relevante é o de que existe uma relação entre migração e trabalho, ou seja, a mobilidade da população acompanha a divisão espacial da produção de mercadorias e serviços.

O segundo é de que a mobilidade é um elemento crucial no debate sobre o desenvolvimento regional. Determinada pelas relações econômicas e sociais que se estabelecem no interior das formações regionais e entre os diferentes espaços no território, os deslocamentos populacionais constituem fenômeno em que se expressam as diferenças regionais em várias dimensões, desde a mundial até a local. Durante os anos 80, profundas mudanças alteraram as características das migrações no Brasil. Houve um decréscimo significativo das migrações interestaduais de longa distância e um redesenho de antigas áreas de expulsão e atração explicitado na mobilidade de retorno, estabelecendo-se o predomínio de migrações de curta distância, principalmente em níveis intrametropolitano e intra-regional, e um crescimento da importância de outras formas de mobilidade, como a pendular.

O texto foi estruturado em duas partes. Na primeira, a abordagem da problemática migratória é feita tendo em vista o conjunto do Estado, na sua relação com as demais unidades da Federação. Na segunda, o foco se dirige para as regionalidades que elegemos: Aglomerações Urbanas e Coredes.

Uma visão geral sobre as migrações no RS

O Rio Grande do Sul, até 1940, apresentava uma taxa de crescimento populacional superior à do conjunto do país, mas sempre em descenso. A partir dos anos 50, o incremento populacional do país vem superando em muito o do Estado, expressando a queda mais rápida da fecundidade no RS (Gráfico 1). A taxa de crescimento populacional do Estado no início do século 20 era de 3,26%, chegando em 2010 a apenas 0,49% ao ano. No país a diferença, nesse período, é bem menor (Gráfico1).

O crescimento urbano do Estado já superava o da população rural em 1940, e teve seu índice mais elevado na década de 50, quando superou os 5% ao ano. A partir dos anos 70, quando a população urbana se torna majoritária, as taxas relativas ao incremento rural passaram a ser negativas, refletindo em grande parte a modernização agrícola dos anos 60, que expulsou grandes contingentes migratórios especialmente do norte, em direção às áreas industriais. As taxas de crescimento da população rural, desde a década de 80, tem se mantido praticamente constante. Hoje, a população urbana do RS representa mais de 85%. (tabela 1).

considerada foi a publicada no Diário Oficial do Estado de 9 de novembro de 2010, disponível em : <http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=631>

Gráfico 1 – Taxa de crescimento anual da população total do Rio Grande do Sul e do Brasil – 1900/2010

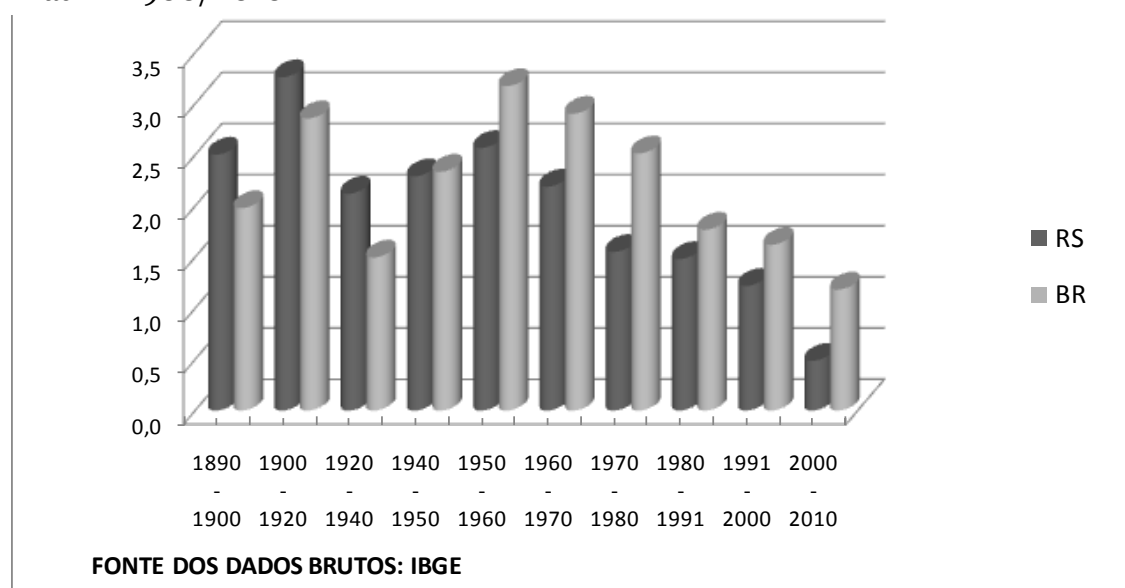


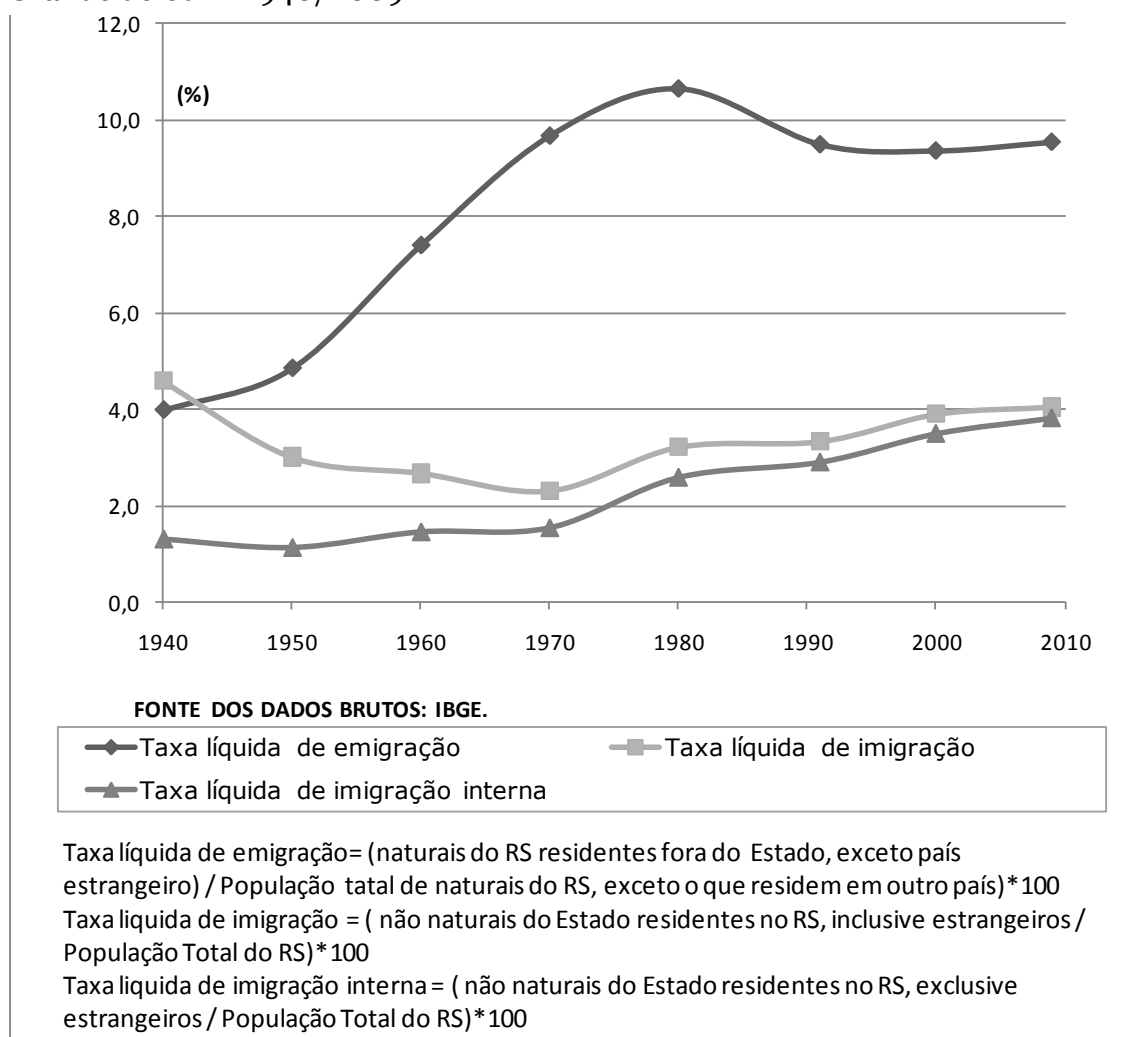
Tabela 1 - População residente por situação de domicílio, taxa de crescimento anual e grau de urbanização, Rio Grande do Sul - 1940/2010

Anos	População			Taxa de crescimento anual %			Grau de Urbanização %
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	
1940	3.320.689	1.034.486	2.286.203				31,2
1950	4.164.821	1.421.980	2.742.841	2,3	3,2	1,8	34,1
1960	5.366.720	2.380.783	2.985.937	2,6	5,3	0,9	44,4
1970	6.664.891	3.553.006	3.111.885	2,2	4,1	0,4	53,3
1980	7.773.837	5.250.940	2.522.897	1,6	4,0	- 2,1	67,5
1991	9.138.670	6.996.542	2.142.128	1,5	2,6	- 1,5	76,6
2000	10.187.798	8.317.984	1.869.814	1,2	1,9	- 1,5	81,6
2010	10.693.929	9.100.291	1.593.638	0,5	0,9	- 1,6	85,1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE

O Estado, apesar de deficitário na trocas populacionais com outros estados brasileiros, vem diminuindo o ritmo de crescimento das taxas de emigração (Gráfico 2). Com relação à imigração, quando se avaliam, nos censos demográficos do início do século, a nacionalidade e a naturalidade dos residentes no RS, constata-se que grande parte delas era de origem internacional (Jardim, 2002). Já os dados das últimas décadas mostram uma reversão dessa tendência, apontando um aumento da imigração com origem em outras unidades da federação.

Gráfico 2 – Taxas líquidas de emigração, imigração e imigração interna no Rio Grande do Sul – 1940/2009



Segundo estudo recente do IBGE, realizado com base nos Censos e em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios (PNADs), houve, em geral, uma tendência de queda do volume dos fluxos migratórios em todas as Unidades da Federação. O RS, que se caracterizava como de baixa evasão, tornou-se, nos anos 2000, um espaço de rotatividade migratória, ou seja, apresenta fluxos de saída e entrada semelhantes, continuando a manter com Santa Catarina as trocas mais significativas (IBGE, 2011).

No início do século, as imigrações para o RS eram de longa distância, o que se altera nos últimos anos, quando se estabelece um predomínio de migrações de curta distância. Até considerando a imigração internacional, observa-se uma diminuição da participação da população italiana e da alemã,⁷ antes majoritárias, e um aumento na participação de imigrantes oriundos do Uruguai e da Argentina países limítrofes⁸. Do mesmo modo, os maiores contingentes de imigrantes interestaduais são, há algumas décadas, dos estados da Região Sul, ou seja, Santa Catarina e Paraná (tabela 2).

⁷ Em 1940, a população de estrangeiros era menos concentrada, sendo maiores as proporções de italianos (22%), uruguaios (21%), alemães (15%) e poloneses (10%). A participação de argentinos era pouco significativa (5%) (Jardim, Barcellos, 2005).

⁸ Em 2000, mais da metade da população estrangeira no RS era de uruguaios e de argentinos (43% e 11% respectivamente) (Jardim, Barcellos, 2005).

Deve-se ressaltar que são esses mesmos estados que apresentam as maiores proporções de população proveniente do RS, mostrando, no nível da mobilidade interna ao País, a prevalência de trocas do RS com seus vizinhos. Grande parte desse fato se deve à mobilidade de retorno, já que uma parte das pessoas que emigram, ao retornarem ao Estado, trazem família formada por naturais do estado para onde migraram⁹ (Jardim, 2002).

Com relação à migração de retorno, o estudo do IBGE antes referido destaca a posição do RS que, de todos os estados brasileiros, foi o que apresentou, em 2009, a maior proporção (23,98%) de imigrantes de retorno (IBGE, 2011). Em 2000, esta proporção era ainda maior, mais de 35% dos imigrantes, que em 1995 residiam em outra Unidade da Federação, era natural do Rio Grande do Sul (tabela 4). É relevante notar que as maiores proporções de retorno têm origem em Estados das regiões Norte e Centro Oeste, regiões, para as quais se deslocou grande contingente de gaúchos oriundos do campo, principalmente nos anos 70 (tabela 3).

⁹ Os dados do censo demográfico de 1991 mostram que a mobilidade de retorno para o RS, no período 1981-91, foi bastante significativa, já que 48,1% da população que declarou, em 1991, ser imigrante de outro estado há menos de 10 anos era natural do RS (Jardim, 2000).

Tabela 2 - População não natural do estado, por lugar de nascimento, Rio Grande do Sul - 1970 - 2000

Lugar de nascimento	Ano			
	1970	1980	1991	2000
Total	153.748	249.825	304.492	382.503
Total Inter regional	102.669	186.668	259.362	343.228
Região Sul	75.654	138.835	192.426	245.697
Santa Catarina	68.528	116.542	143.116	172.959
Paraná	7.126	22.293	49.310	72.738
Região Sudeste	18.681	31.729	41.518	55.933
São Paulo	8.270	15.376	21.761	27.937
Rio de Janeiro	7.052	10.300	13.099	18.416
Região Centro Oeste	2.220	3.684	6.840	11.171
Mato Grosso	1.595	1.026	1.457	3.312
Mato Grosso do Sul	-	1.321	2.847	4.020
Goiás	330	827	1.367	2.218
Distrito Federal	295	510	1.169	1.621
Região Norte	936	2.092	3.229	6.137
Região Nordeste	5.178	10.328	15.349	24.290
Estrangeiro	51.079	49.890	40.168	38.998
América	11.338	16.207	16.128	24.332
Uruguai	8.046	11.019	11.188	16.639
Argentina	2.054	2.711	2.678	4.478
Europa	24.280	16.526	10.127	11.174
Outros	-	13.267	4.962	276

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE

Tabela 3 - População natural do Rio Grande do Sul, por lugar de residência, Brasil - 1970 - 2000

Lugar de residência	Ano			
	1970	1980	1991	2000
Total residente fora do RS	696.982	896.779	926.276	1.012.590
Norte.....	1.402	14.278	33.432	36.331
Rondônia.....	317	6.152	15.703	14.954
Acre.....	77	375	957	1.019
Amazonas.....	322	1.849	2.826	3.834
Roraima.....	132	700	1.526	2.320
Pará.....	515	5.056	7.615	9.029
Amapá.....	39	146	332	315
Tocantins.....	-	-	4.473	4.860
Nordeste.....	4.389	10.148	20.367	27.422
Maranhão.....	303	1.196	1.968	2.327
Piauí.....	84	173	339	801
Ceará.....	514	1.158	1.776	4.419
Rio Grande do Norte.....	263	450	988	1.849
Paraíba.....	250	516	973	1.444
Pernambuco.....	1.290	2.179	3.384	3.601
Alagoas.....	132	430	1.376	1.367
Sergipe.....	116	460	806	986
Bahia.....	1.437	3.586	8.757	10.628
Sudeste.....	79.478	121.238	123.913	141.619
Minas Gerais.....	3.268	8.699	12.154	14.702
Espírito Santo.....	476	1.779	2.800	3.438
Rio de Janeiro.....	38.779	47.845	41.505	43.868
São Paulo.....	36.955	62.915	67.454	79.611
Sul.....	598.809	683.192	617.224	658.518
Paraná.....	340.389	385.212	324.470	317.245
Santa Catarina.....	258.420	297.980	292.754	341.273
Centro Oeste.....	12.904	67.923	131.340	148.700
Mato Grosso do Sul.....	-	26.476	36.565	37.075
Mato Grosso.....	8.188	25.388	67.847	78.211
Goiás.....	1.183	4.738	13.455	17.404
Distrito Federal.....	3.533	11.321	13.473	16.010

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE

Tabela 4 - Imigrantes, Emigrantes, Saldo Migratório e Imigrantes de retorno, segundo o local de residência em 2000 e em 1995 - Rio Grande do Sul - 2000

Unidades da Federação	Emigrantes	Imigrantes	Saldo	Imigrantes de retorno	
				Absoluto	%
Total.....	152.891	123.619	-29.272	44.482	36,0
Total intraestadual (exceto Brasil sem especificação)	152.891	113.395	-39.496	40.434	35,7
Norte.....	6.830	5.008	-1.822	2.438	48,7
Rondônia.....	1.390	1.153	-237	567	49,2
Acre.....	223	101	-122	27	26,7
Amazonas.....	1.277	1.185	-92	626	52,8
Roraima.....	534	232	-302	154	66,4
Pará.....	2.172	1.342	-830	533	39,7
Amapá.....	210	267	57	61	22,8
Tocantins.....	1.024	728	-296	470	64,6
Nordeste.....	11.955	8.603	-3.352	2.305	26,8
Maranhão.....	1.046	766	-280	236	30,8
Piauí.....	815	510	-305	91	17,8
Ceará.....	2.665	1.752	-913	301	17,2
Rio Grande do Norte.....	879	789	-90	254	32,2
Paraíba.....	674	645	-29	103	16,0
Pernambuco.....	1.514	1.365	-149	390	28,6
Alagoas.....	390	381	-9	76	19,9
Sergipe.....	372	259	-113	41	15,8
Bahia.....	3.600	2.136	-1.464	813	38,1
Sudeste.....	30.492	26.804	-3.688	9.781	36,5
Minas Gerais.....	3.766	3.158	-608	1 039	32,9
Espírito Santo.....	812	831	19	390	46,9
Rio de Janeiro.....	7.755	8.269	514	2 719	32,9
São Paulo.....	18.159	14.546	-3.613	5 633	38,7
Sul.....	82.255	63.287	-18.968	20.734	32,8
Paraná.....	23.669	22.132	-1.537	6 764	30,6
Santa Catarina.....	58.586	41.155	-17.431	13 970	33,9
Centro Oeste.....	21.359	9.693	-11.666	5.176	53,4
Mato Grosso do Sul.....	4.258	3.342	-916	1 822	54,5
Mato Grosso.....	9.271	2.958	-6.313	1 585	53,6
Goiás.....	3.780	1.557	-2.223	767	49,3
Distrito Federal.....	4.050	1.836	-2.214	1 002	54,6
Brasil sem especificação.....	...	620	...	299	48,2
Exterior.....	...	9 604	...	3 748	39,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE, Censo Demográfico 2000 : Resultados da amostra: Migração

É interessante observar que, comparando-se os contingentes de emigração e imigração quando se consideram os estoques populacionais de 2000 e quando se examinam os dados do Censo Demográfico de 2000 relativos à mobilidade em data fixa¹⁰, a importância da emigração para os estados da Região Sul e até para os da Região Centro-Oeste, em outras décadas, foi muito maior, assim como os saldos negativos. Isso correspondeu aos períodos de expansão da fronteira agrícola, quando o Rio Grande do Sul liberou grandes volumes de população, com destino, inicialmente, para o oeste catarinense e para o sudoeste do Paraná e, mais tarde, para o norte e o centro-oeste do País (tabelas 2,3 e 4). Outro fato a ser destacado é a mudança nas trocas entre o Rio Grande do Sul e os estados da Região Sudeste. Os saldos negativos do Estado eram, em outras décadas, generalizados em termos das

¹⁰ Os estoques populacionais correspondem à população residente que não é natural da unidade da Federação, independentemente da época em que migraram, e a mobilidade de data fixa corresponde ao cruzamento do local de residência em 2000 e em 1995.

unidades que compõem aquela região, o que se depreende dos dados que dão conta dos estoques de emigração e imigração. A situação no final da década de 90, vista através das informações que computam a mobilidade com base em uma data fixa (1995), mostra que o saldo, embora negativo no nível da região, foi positivo para o Rio de Janeiro e para o Espírito Santo, apontando alterações nas condições de atratividade das duas regiões (tabela 4).

A influência do balanço demográfico entre imigração e emigração no crescimento da população do RS, embora negativo, é pouco expressivo e vem, desde a década de 70, diminuindo. O Estado perdia, em média, 20 mil pessoas por ano devido às trocas migratórias; já na década de 90, as perdas foram inferiores a 3 mil pessoas. Isso significa que a população do RS tende a aproximar-se de uma relativa estabilidade, o que pode também ser deduzido do baixo incremento demográfico no RS, nas últimas décadas (Jardim e Barcellos, 2005).

Dada a pouca influência da mobilidade no crescimento populacional do RS, o componente que mais contribui para o aumento da população é a fecundidade. A partir do início da década de 70, a fecundidade, no RS, começou a declinar a um ritmo acelerado, chegando ao nível de reposição no final da década de 90 e ficando, atualmente, abaixo dele. Devido às altas taxas de fecundidade do passado, o que se reflete no volume de mulheres tendo filhos atualmente, apesar dos baixos níveis de fecundidade, a população do RS ainda deverá continuar crescendo por alguns anos.

Tendo em vista o quadro atual do fenômeno migratório, a mobilidade intra-estadual coloca-se como uma questão que adquire interesse cada vez maior. Até porque o retrato apresentado no Censo Demográfico de 2000 da mobilidade internacional e principalmente da interestadual, com a diminuição do ritmo de “saídas” de gaúchos para morar em outro estado e o aumento de “entradas” de naturais de outras unidades da Federação, pode levar a uma reversão da tendência atual, passando o RS de expulsor a receptor de população. A publicação das informações da Amostra do Censo de 2010 vai permitir essa avaliação, e, inclusive, pela primeira vez considerando o histórico dos censos brasileiros, vai possibilitar a quantificação da emigração internacional. Por enquanto, os dados divulgados das PNADs não registraram essa alteração, permitindo, apenas que se visualize uma tendência de redução da emigração para outros estados da Federação.

As migrações internas ao RS: olhando para as realidades regionais

A abordagem regional privilegiou, como mencionado na introdução, as Aglomerações Urbanas e os Coredes.

Com foco, inicialmente, nas aglomerações urbanas, é importante salientar algumas constatações.

Os dados preliminares do Censo demográfico 2010 mostram que se reafirma, relativamente aos resultados de 2000, a relevância, sobretudo, da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), cujo peso na constituição da população do Estado, que já era muito significativo, se ampliou, alcançando 37,2% (tabela 5). Porto Alegre, apesar de apresentar taxa de crescimento inferior a média do Estado, teve o segundo maior aumento populacional bruto do período (48.761 habitantes), perdendo somente para Caxias do Sul. Além de Porto Alegre, mais quatro municípios da RMPA tiveram crescimento expressivo: Gravataí e São Leopoldo (aumento de mais de 20 mil), Canoas, Viamão, Alvorada e Cachoeirinha (aumento de mais de 10

mil habitantes). Novo Hamburgo, importante pólo coureiro calçadista, teve um crescimento provavelmente abaixo do vegetativo (0,1% a.a.).

A Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE), que também ampliou sua participação no conjunto, se destacou pela taxa de crescimento anual no período 2000-2010 (1,7% a.a.), muito superior à da RMPA (0,6% a.a.), embora inferior à do período 1991-2000 (tabela 5). Ela foi, no entanto, bem inferior ao índice do Litoral. Com exceção dos municípios de menor tamanho, ou seja, Monte Belo do Sul, Nova Pádua e Santa Tereza, que juntos tinham 7.044 habitantes em 2010, o crescimento dos seus outros sete municípios foi superior a média do Estado. Destes, somente São Marcos (0,6% a.a.) teve crescimento inferior a 1% a.a. Carlos Barbosa (2,1% a.a.) foi o de maior crescimento relativo, ficando o município de Caxias do Sul (1,9% a.a.) com a segunda maior taxa de crescimento deste aglomerado, o que representou em termos absolutos um acréscimo populacional de 75.145 habitantes entre 2000 e 2010. Bento Gonçalves, segundo maior município, cresceu a uma taxa de 1,6% a.a e também teve um aumento populacional significativo (15.792).

Tabela 5 - Indicadores Demográficos, por Aglomerados Urbanos, Rio Grande do Sul, 2000 - 2010

UNIDADE GEOGRÁFICA	POPULAÇÃO		PARTICIPAÇÃO %		TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL %	
	2000	2010	2000	2010	1991 -2000	2000 - 2010
Total do RS	10.187.798	10.693.929	100,0	100,0	1,2	0,5
Total dos AU	5.129.025	5.556.890	50,3	52,0	1,6	0,8
RMPA	3.736.184	3.978.470	36,7	37,2	1,7	0,6
AUNE	603.872	716.427	5,9	6,7	2,4	1,7
AUSUL	557.216	578.034	5,5	5,4	1,2	0,4
AULINORT	231.753	283.959	2,3	2,7	3,3	2,1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE

O Litoral, com taxa de crescimento anual de 2,1% a.a, vem se expandindo no contexto demográfico recente, principalmente nos municípios balneários (tabela 5) As quatro maiores taxas de crescimento do Estado foram em municípios do Litoral: Xangri-lá (4,3% a.a), Arroio do Sal (3,9% a.a), Balneário Pinhal (3,8% a.a) e Imbé (3,7% a.a). Além destes, também tiveram taxas de crescimento muito expressivo os municípios de Cidreira (3,6% a.a), Capão da Canoa (3,3% a.a) e Tramandaí (3,0 % a.a).

A Aglomeração do Sul (AUSUL) teve crescimento anual abaixo da média do Estado (0,4% ao ano), devido principalmente ao baixo crescimento de Pelotas, seu maior município, que na década de 90 teve um acréscimo de mais de 35 mil pessoas, e na atual, aumentou menos de oito mil. Rio Grande, o segundo maior município da AUSUL, apesar de ter crescido apenas 0,6% ao ano, teve um aumento populacional de mais de 10 mil pessoas, pouco inferior aos 14 mil acrescidos em 2000.

Cabe ressaltar que a relativamente baixa taxa de incremento da maior aglomeração do Estado – a RMPA -, quase igual à taxa média de crescimento demográfico do RS (de 0,5% ao ano), somada à redução no ritmo de incremento da AUNE, indica, antes de tudo, uma retração nos índices de crescimento demográfico

do RS. Já a participação crescente da população dessas aglomerações no cômputo do total do estado, mostra um avanço na concentração espacial de população no Estado (tabela 5), ou seja, que a migração, principal responsável pelos índices regionais de crescimento, continua a se direcionar para o eixo RMPA – Caxias do Sul. As distribuições etárias de 2010 (tabela 6) mostram igualmente, de modo indireto, essas tendências de direcionamento espacial dos fluxos migratórios.

O conjunto das Aglomerações Urbanas exhibe maior concentração de população em faixas produtivas frente aos resultados do Estado como um todo. Tal fenômeno é mais visível nas distribuições etárias da RMPA, e, sobretudo, na da AUNE, que apresentam elevados percentuais de habitantes na faixa produtiva jovem, 25 a 29 anos, apontando a atração propiciada pelo dinamismo econômico.

As distribuições etárias das Aglomerações do Sul e do Litoral Norte expõem características um pouco distintas. A primeira tem proporções elevadas nas faixas entre 10 e 29 anos, semelhante a do RS, e na segunda há uma relativa concentração em faixa bem jovem, evidenciando a mais alta fecundidade da região das últimas décadas, juntamente com proporções mais altas nos intervalos entre 55 e 69 anos. O índice de idosos, nesse último caso, reflete, talvez, um fato que vem se evidenciando nas últimas décadas, que é a expansão da residência de aposentados, principalmente os mais jovens, nos municípios do Litoral Norte do Estado.

Voltando o olhar para a divisão do Estado em Coredes, pode-se utilizar como parâmetro um trabalho publicado em 2005 (Barcellos, Jardim, 2005), que retrata a situação da mobilidade populacional no RS seguindo essa estratificação e considerando o período 1995-2000. Pode-se, então, destacar alguns pontos que servem de base para uma visão atualizada desta problemática.

Tabela 6 - Distribuição da população por faixa etária, Aglomerados Urbanos, Rio Grande do Sul, 2010

Faixa Etária	RS	Total AU	RMPA	AUNe	AUSUL	AULINORT
0 A 4 ANOS	6,02	6,18	7,41	5,85	5,94	6,32
5 A 9 ANOS	6,77	6,82	7,74	6,15	6,61	7,42
10 A 14 ANOS	8,06	8,07	8,46	7,26	8,10	8,71
15 A 19 ANOS	8,19	8,07	8,79	7,83	8,15	8,32
20 A 24 ANOS	8,14	8,46	8,70	9,17	8,34	7,51
25 A 29 ANOS	8,36	8,94	8,46	9,77	8,43	7,65
30 A 34 ANOS	7,56	8,01	8,03	8,49	7,27	6,92
35 A 39 ANOS	6,97	7,07	7,70	7,49	6,68	6,55
40 A 44 ANOS	7,11	7,00	7,22	7,41	6,69	7,02
45 A 49 ANOS	7,22	7,12	6,66	7,47	7,03	7,15
50 A 54 ANOS	6,48	6,42	5,69	6,54	6,57	6,48
55 A 59 ANOS	5,47	5,30	4,45	5,11	5,66	5,78
60 A 64 ANOS	4,35	4,13	3,52	3,81	4,62	4,78
65 A 69 ANOS	3,21	2,94	2,65	2,67	3,29	3,60
70 A 74 ANOS	2,45	2,19	1,98	2,02	2,54	2,59
75 A 79 ANOS	1,75	1,57	1,29	1,45	1,96	1,63
80 anos ou mais	1,89	1,70	1,25	1,52	2,12	1,58

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE, Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 2010.

O primeiro diz respeito à relevância da Região Metropolitana de Porto Alegre, maior aglomeração do Estado, composta pelos Coredes Metropolitano Delta do Jacuí

e Vale do Rio dos Sinos, onde foram mais elevados os volumes de emigração e imigração. Não obstante, quando se observa o resultado do balanço entre saídas e entradas, o Corede Serra desponta com o maior saldo positivo, demonstrando ter maior nível de retenção de fluxos migratórios. O dinamismo do parque industrial e o aumento da concentração de comércio e serviços, que tornaram essa área um dos pólos econômicos do Estado, provavelmente sejam os responsáveis por esse resultado.

O segundo registra a situação do Litoral, que se sobressaiu com uma elevada diferença positiva nas trocas entre emigração e imigração. Essa região, que apresentou altas taxas de crescimento populacional nas décadas de 80 e 90, vem sofrendo profundas alterações por conta de grandes investimentos imobiliários acompanhados de grande expansão das atividades de comércio e serviços, e deve continuar atraindo contingentes migratórios.

O terceiro ponto que se quer ressaltar contempla a questão da expulsão de fluxos migratórios. Neste sentido, os Coredes Fronteira Oeste, Médio Alto Uruguai, Missões e Noroeste Colonial despontaram, uma vez que apresentaram os maiores saldos negativos no cômputo entre saída e entrada de população, explicitando configurações regionais com dinâmicas econômicas deprimidas, como é o caso do Sul, ou áreas esgotadas, de produção agrícola em pequena propriedade, como algumas no norte do Estado.

Um quarto tópico diz respeito às relações entre regiões do Estado sugeridas pelo sentido dos fluxos migratórios. Mantêm-se nexos históricos, como o do Norte com o Vale do Sinos e com a Região Metropolitana, e a relação do Sul com a Capital.

Chamam atenção, ainda, as trocas entre o Metropolitano Delta do Jacuí e o Vale do Rio dos Sinos, que se dão, nas duas direções, com volumes muito significativos, sendo que o saldo é negativo para o Corede Metropolitano Delta do Jacuí. Elas expressam o peso da Região Metropolitana na realidade do Estado e refletem a multipolaridade que caracteriza a configuração metropolitana no RS (Jardim; Barcellos, 2004).

Novos vínculos, por outro lado, desenvolvem-se, respondendo a dinâmicas mais recentes da economia gaúcha, refletidos na atratividade das regiões da Serra e do Litoral.

As taxas de crescimento populacional, calculadas a partir das informações preliminares do Censo de 2010 e ilustradas na tabela 7, não trazem novidades em relação aos espaços de ganhos e perdas populacionais, a não ser a redução generalizada do ritmo de incremento populacional. O Litoral continua com uma taxa elevada. Na década de 90, somente o Paranhana Encosta da Serra apresentou maior crescimento do que o Litoral, seguido pelo Corede Serra, que tinha a terceira maior taxa nos anos 90. Os Coredes que se situam no eixo industrial do RS¹¹, apresentam índices ainda acima do crescimento médio do Estado, bem como o Centro Sul e os Vales do Rio Pardo e Taquari. Pode-se dizer que essas áreas seguem sendo espaços de atração de fluxos migratórios no RS. Quanto à expulsão, as taxas negativas que lhe são características, destacam o norte, o noroeste e o sudoeste do Estado.

A análise da distribuição etária da população segundo os Coredes conduz à mesma direção, ou seja, as maiores proporções de população em idade ativa – onde

¹¹ A concentração industrial do RS segue mais ou menos uma faixa que se estende da RMPA até Caxias do Sul.

se concentra a população migrante – estão preferencialmente nos Coredes que tiveram maior incremento demográfico, mostrando a influência da migração.

Tabela 7 – Indicadores demográficos, por Coredes, Rio Grande do Sul - 2010

COREDES	POPULAÇÃO	PARTIC.	TAXA DE	% POP	% POP	% POP
			CRESC.	DE 0 A	DE 15 A	DE 60
			ANUAL	14 Anos	59 Anos	ANOS E MAIS
Total do RS	10.693.929	100,0	0,5	20,8	65,5	13,6
Litoral	296.083	2,8	2,0	22,4	63,4	14,2
Serra	862.305	8,1	1,6	19,0	68,9	12,2
Vale do Caí	169.580	1,6	1,2	19,9	66,9	13,1
Paranhana Encosta da Serra	204.908	1,9	1,1	22,4	66,7	10,9
Hortênsias	126.985	1,2	1,0	22,0	65,5	12,6
Vale do Taquari	327.723	3,1	0,9	18,6	66,3	15,2
Produção	338.049	3,2	0,8	20,7	66,4	12,9
Vale do Rio dos Sinos	1.290.491	12,1	0,8	22,2	67,2	10,6
Centro Sul	253.461	2,4	0,7	22,2	64,3	13,5
Vale do Rio Pardo	418.141	3,9	0,5	20,3	65,3	14,4
Metropolitano Delta do Jacuí	2.420.262	22,6	0,5	20,9	65,9	13,3
Campos de Cima da Serra	98.018	0,9	0,5	23,2	62,7	14,1
Central	391.633	3,7	0,4	19,9	65,4	14,7
Noroeste Colonial	166.599	1,6	0,4	19,8	65,3	14,9
Nordeste	126.872	1,2	0,2	19,7	64,4	15,9
Sul	843.206	7,9	0,2	20,7	64,1	15,2
Campanha	216.269	2,0	0,0	21,8	63,2	15,0
Alto da Serra do Botucará	103.979	1,0	-0,1	22,5	63,1	14,3
Norte	221.418	2,1	-0,1	18,8	65,5	15,8
Rio da Várzea	130.548	1,2	-0,2	21,0	64,1	15,0
Alto Jacuí	155.264	1,5	-0,3	20,4	64,8	14,9
Fronteira Noroeste	203.494	1,9	-0,3	18,2	65,5	16,3
Jacuí Centro	143.340	1,3	-0,3	19,8	63,0	17,2
Vale do Jaguarí	117.250	1,1	-0,4	19,8	63,4	16,8
Fronteira Oeste	530.150	5,0	-0,4	23,3	62,8	13,9
Médio Alto Uruguai	148.403	1,4	-0,5	21,5	63,7	14,9
Celeiro	141.482	1,3	-0,6	21,5	62,3	16,2
Missões	248.016	2,3	-0,6	20,4	63,6	16,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE

Examinando a distribuição das taxas de crescimento populacional, entre 2000 e 2010, segundo o tamanho do município, podemos ter uma idéia aproximada do volume de deslocamentos ocorridos no período (tabela 8).

O número de municípios com crescimento populacional e o dos que perderam população é próximo. Porém, quando se examina esta proporção em relação ao tamanho do município constata-se que, entre os com menos de 10 mil habitantes, a incidência de taxas negativas é mais elevada. Em conjunto estes municípios reduziram a sua população entre 2000 e 2010 em 35.824 habitantes. No mesmo período, os municípios com mais de 10 mil e menos de 100 mil habitantes, tiveram

um aumento populacional de 232.283 e os com mais de 100 mil um acréscimo de 309.677 habitantes.

Tabela 8 - Número de Municípios e acréscimo populacional total ,por tamanho do município e taxa de crescimento anual - Rio Grande do Sul - 2000 - 2010

Taxa de crescimento anual	Total	Menos de 10.000 habitantes	Entre 10 mil e 100 mil habitantes	Mais de 100 mil habitantes
Número de Municípios				
Total	496	331	147	18
Total das taxas positivas	239	124	98	17
Total das taxas negativas	257	207	49	1
Mais de 2% ao ano	25	5	20	-
entre 2 e 1% ao ano	63	31	29	3
entre 1 e 0,5% ao ano	58	29	19	10
entre 0,5 e 0% ao ano	93	59	30	4
entre 0 e -0,5% ao ano	98	67	30	1
Menos de -0,5% ao ano	159	140	19	-
Acréscimo populacional absoluto entre 2000 e 2010				
Total	506.131	-32.161	228.615	309.677
Total das taxas positivas	648.472	43.114	294.180	311.178
Total das taxas negativas	-142.341	-75.275	-65.565	-1.501
Mais de 2% ao ano	115.218	9.513	105.705	0
entre 2 e 1% ao ano	249.134	20.551	117.106	111.477
entre 1 e 0,5% ao ano	196.075	8.247	49.269	138.559
entre 0,5 e 0% ao ano	88.045	4.803	22.100	61.142
entre 0 e -0,5% ao ano	-31.035	-7.732	-21.802	-1.501
Menos de -0,5% ao ano	-111.306	-67.543	-43.763	-

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE, Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 2010.

Quando se avalia a localização geográfica dos municípios com altas taxas de crescimento demográfico no período, se observa que todos estão localizados no entorno do eixo Porto Alegre - Caxias ou no litoral. A soma do acréscimo populacional destes municípios é de 115.218. Desse total, 68% recaíram nos Coredes Litoral, Vale do Rio dos Sinos ou Serra. A outra parcela deste crescimento incidiu nos Coredes Produção, Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Taquari, Nordeste, Paranhana Encosta da Serra, Vale do Caí e Centro Sul.

Nenhum município com mais de 100 mil habitantes cresceu mais do que 2%. Apesar disso, foram estes que tiveram o maior acréscimo de sua população no período, representado 61% do aumento populacional do Estado. Três municípios com mais de 100.000 habitantes tiveram taxas de crescimento superiores a 1% ao ano: Caxias do Sul, que teve um aumento populacional de mais de 75 mil habitantes, São Leopoldo, com mais de 20 mil e Bento Gonçalves, com mais de 15 mil. Pelo lado da evasão populacional, outra constatação, destacada inclusive na análise do Brasil, feita

pela IBGE¹², foi o decréscimo populacional do município de Uruguaiana que na década de 90 tinha a mesma taxa de crescimento da média do Estado, taxa esta que já demonstrava uma reversão da tendência das duas décadas anteriores onde o crescimento deste município foi de mais de 2% ao ano.

Por fim, cabe salientar ainda o expressivo aumento populacional dos municípios de Santa Maria, Passo Fundo, Lajeado e Santa Cruz do Sul, que não fazem parte de aglomerados urbanos, mas que são pólos regionais importantes.

Considerações finais

Tendo em vista a construção de uma visão que privilegia as principais tendências demográficas, apontadas pelos últimos levantamentos de informações disponíveis, alguns pontos devem ser anotados.

Em relação à condição do RS, de deficitário na trocas populacionais com outros estados brasileiros, é importante considerar que vem diminuindo o ritmo de crescimento das taxas de emigração. E mais, segundo estudo recente do IBGE, o RS, que se caracterizava como de baixa evasão, tornou-se, nos anos 2000, um espaço de rotatividade migratória, ou seja, apresenta fluxos de saída e entrada semelhantes.

Embora com importante histórico de imigração estrangeira, os dados das últimas décadas mostram uma reversão dessa tendência no Estado, apontando um aumento da imigração com origem em outras unidades da federação. Com relação à imigração estrangeira, a tendência geral de crescimento da migração de curta distância, que ressalta, há algumas décadas, Santa Catarina e Paraná com os maiores contingentes de imigrantes no RS, se expressa no aumento da participação de imigrantes oriundos do Uruguai e da Argentina, países limítrofes ao RS, em detrimento dos fluxos originados na Alemanha e Itália, historicamente dominantes.

Não obstante, a mobilidade intra-estadual, que registra os maiores volumes de deslocamentos populacionais, se impõe como questão de interesse cada vez maior, o que não reduz o interesse pela tendência de alteração na mobilidade internacional e principalmente interestadual, que mostra a diminuição da saída de gaúchos para fora o aumento da entrada de pessoas de outros estados, fato que pode indicar uma reversão da tendência do RS de expulsor a receptor de população.

De qualquer maneira, ao menos com base nas informações disponíveis, pode-se dizer que, considerando a relação fecundidade- migração, o RS tende a aproximar-se de uma situação de relativa estabilidade em termos demográficos.

Quanto à visão regional da questão migratória, observa-se que a participação crescente das Aglomerações Urbanas na constituição da população total do estado indica claramente um avanço na concentração espacial da população no Estado, ou seja, vê-se que a migração, principal responsável pelos índices regionais de crescimento, vem se direcionando fundamentalmente para o eixo RMPA – Caxias do Sul e, mais recentemente, também para a aglomeração do Litoral Norte, principalmente para os municípios balneários.

Com relação à expulsão de fluxos migratórios, vista através da AUSUL e da situação dos Coredes, tem-se um quadro em que se sobressaem os Coredes Fronteira

¹² Dos municípios brasileiros com mais de 100.000 habitantes, somente quatro tiveram taxas de crescimento negativas entre 2000 e 2010, Foz de Iguaçu no Paraná, Ilhéus na Bahia, Lages em Santa Catarina e Uruguaiana (IBGE, 2011).

Oeste, Médio Alto Uruguai, Missões e Noroeste Colonial que despontaram com os maiores saldos negativos no cômputo entre saída e entrada de população no período 1995-2000, e com índices de crescimento populacional muito baixos ou negativos no período 2000-2010. Tal configuração explicita configurações regionais com dinâmicas econômicas deprimidas, como é o caso do Sul, ou áreas esgotadas, de produção agrícola em pequena propriedade, como algumas no norte do Estado.

Referências

ACCURSO Jorge da Silva (Coord.) **O Rio Grande do Sul e sua população**. Porto Alegre: FEE, 2002. (Documentos FEE, 51).

FLIGENSPAN, Flávio (Coord.). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000.

IBGE. **Reflexões sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil**
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/reflexoes_deslocamentos/default_reflexoes.shtm. Capturado em 18/07/2011.

JARDIM, Maria de Lourdes, BARCELLOS, Tanya M. de. Os movimentos populacionais no Rio Grande do Sul: uma visão inter e intra-regional através dos Coredes. **Ensaio FEE**, v. 26, n. especial, 2005. P. 143-170.

JARDIM, Maria de Lourdes Teixeira, BARCELLOS, Tanya M de. Mobilidade populacional na RMPA nos anos 90. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu - MG, **Anais...** 20 a 24 de setembro de 2004.

JARDIM, Maria de Lourdes. **Dinâmica demográfica do Rio Grande do Sul**. 2000.

JARDIM, Maria de Lourdes. **Evolução da população do Rio Grande do Sul**. 2002.